

Bibliografia sobre Cooperação Jurídica Internacional no Brasil

ABADE, Denise Neves. **Direitos fundamentais na cooperação jurídica internacional**. Saraiva: São Paulo. 2013.

ARAÚJO, Nádia de (coord). **Cooperação jurídica internacional no Superior Tribunal de Justiça**: comentários à Resolução n. 9/2005. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

BALTHAZAR, José Paulo; LIMA, Luciano Flores de (org). **Cooperação jurídica internacional em matéria penal**. Verbo jurídico: Porto Alegre. 2010.

BECHARA, Fábio Ramazzini. **Cooperação jurídica internacional em matéria penal: eficácia da prova produzida no exterior**. São Paulo: Saraiva. 2011

BRASIL, Manual de cooperação jurídica internacional. **Cooperação em matéria penal**. 2ª edição. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2012.

CERVINI, Raúl e TAVARES, Juarez. **Princípios de cooperação judicial penal internacional no protocolo do Mercosul**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

CORDANI, Dora Cavalcanti. **Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal no Brasil: as cartas rogatórias e o auxílio direto – controle dos atos pela parte atingida**. Em VILARDI, Celso, PEREIRA, Flávia Rahal Bresser, DIAS NETO, Theodomiro. *Crimes Econômicos e Processo Penal*. São Paulo: Saraiva – FGV, 2008.

FERNANDES, Antônio Scarance; ZILLI, Marcos Alexandre (org). **Direito processual penal internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2013.

GIACOMOLLI, Nereu José; SANTOS, Laura Rodrigues dos. Cooperação jurídica internacional em matéria criminal: autoridades centrais, das rogatórias aos auxílio direto. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 10, n. 46, p.97-116, jul./set. 2012.

LESSA, Luiz Fernando Voss Chagas. **Persecução penal e cooperação internacional direta pelo Ministério Público**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LOULA, Maria Rosa Guimarães. **Auxílio Direto: novo instrumento de cooperação jurídica internacional civil**. Editora Fórum: Belo Horizonte. 2010.

MACHADO, Maíra Rocha. **Cooperação Penal Internacional no Brasil: as cartas rogatórias passivas**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: ano 13, nº 53, 2005.

MADRUGA FILHO, Antenor. **O Brasil e a Jurisprudência do STF na Idade Média da Cooperação Jurídica Internacional**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: ano 13, nº 54, 2005.

RAMOS, André de Carvalho; MENEZES, Wagner. **Direito Internacional Privado e a Nova Cooperação Jurídica Internacional**. Editora Arraes: Belo Horizonte. 2015.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; CHOUKR, Fauzi Hassan (org). **Cooperação Jurídica Internacional**. Editora Fórum: Belo Horizonte, 2014.

PEREIRA, Marcela Harumi Takahashi. **Homologação de sentenças estrangeiras: aspectos gerais e o problema da falta de fundamentação**. Renovar: Rio de Janeiro, 2009.

PEREIRA NETO, Pedro Barbosa. **Cooperação penal internacional nos delitos econômicos**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 13, nº 54, 2005.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da. **Anotações sobre o anteprojeto de lei de cooperação jurídica internacional**. Revista de Processo. São Paulo. v.30. n.129. nov. 2005.

_____. Cooperação jurídica internacional e auxílio direto. **Revista CEJ**, Brasília, v. 10, n. 32, mar. 2006.

SOUZA, Carolina Yumi de. **Cooperação jurídica internacional em matéria penal: considerações práticas**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: ano 16, n. 71, mar/abr 2008.

_____. **A defesa na cooperação jurídica internacional – reflexões preliminares**. In Boletim IBCCRIM. São Paulo : IBCCRIM, ano 18, n. 214, p. 14-15, set., 2010

_____. **Cooperação jurídica internacional: medidas assecuratórias e devido processo legal: uma análise da lei aplicável e da dupla-incriminação**. Em: VILARDI, Celso, PEREIRA, Flávia Rahal Bresser, DIAS NETO, Theodomiro. *Crimes financeiros e correlatos*. São Paulo: Saraiva – FGV, 2011, p. 229-275.

SOUZA, Solange Mendes de. **Cooperação jurídica penal no Mercosul: novas possibilidades**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

WEBER, Patrícia Nuñez. **A cooperação jurídica internacional em pedidos processuais penais**. Porto Alegre: Verbo Jurídico Editora. 2011.

ZAVASKI, Teori Albino. **Cooperação jurídica internacional e a concessão de *exequatur***. Revista de Processo, São Paulo, vol. 83, p. 9-17, maio de 2010.

Sites que tratam do assunto:

Blog do Vlad: <https://blogdovladimir.wordpress.com/category/cooperacao-internacional/>

Nota: O autor desse blog é Vladimir Aras, chefe do Setor de Cooperação Jurídica Internacional da PGR, em Brasília.

CONJUR: <http://www.conjur.com.br/2011-ago-24/cooperacao-internacional-entender-cooperacao-juridica-internacional>

Nota: Durante anos Antenor Madruga escreveu sobre cooperação internacional no site CONJUR. Ele foi chefe do DRCI durante anos, bem como um dos mentores do auxílio direto no Brasil. Para procurar seus artigos, basta digitar no campo de pesquisa os termos “cooperação jurídica internacional”. Há vários artigos interessantes.

Ministério da Justiça: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional>

Nota: Nesse site é possível ter acesso a todos os tratados multilaterais e bilaterais sobre cooperação internacional, que foram assinados e ratificados pelo Brasil. Há também como fazer o “download” de um manual bem interessante sobre cooperação internacional, editado pelo próprio Ministério da Justiça, com bons artigos sobre o tema: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/lavagem-de-dinheiro/institucional-2/publicacoes>